



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000

www.camarademariana.mg.gov.br

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA; DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESPORTE, LAZER E TURISMO; DE VIAÇÃO, OBRAS PÚBLICAS, AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE, POR VIDEOCONFERÊNCIA, NO DIA TRÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. (03-04-2023).

Ao terceiro dia do mês de abril de dois mil e vinte e três, segunda-feira, às nove horas e oito minutos, foi realizada a Reunião Conjunta da Comissão Permanente de Finanças Legislação e Justiça; de Educação, Saúde, Assistência Social, Esporte, Lazer e Turismo; e de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente, por videoconferência. **Participaram da Reunião os Vereadores:** Manoel Douglas, Ricardo Miranda, José Sales, Marcelo Macedo, José Antunes, Adimar Cota, Gilberto Matheus, Ediraldo Ramos, Pedro Ulisses e Sônia Azzi. **Registraram Presença:** Daniely Alves, Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania; Welbert Stopa, Coordenador da Defesa Civil; Juliano Barbosa, Procurador Municipal; Sebastião, da Secretaria de Obras; Sabrina Frossard, guarda municipal da Defesa Civil; Samuel Pimenta, engenheiro da Secretaria de Obras; Corjesu Quirino, Procurador Jurídico da Câmara. **ABERTURA:** “Em nome de Deus e do Povo Marianense e havendo número regimental”, o Vereador Manoel Douglas iniciou os trabalhos às nove horas e oito minutos, consultando os Vereadores a respeito da leitura e aprovação da ata. Todos dispensaram a leitura e aprovaram por unanimidade. O Vereador Manoel Douglas, então, solicitou a leitura do ofício e, após a leitura, apresentou as pautas. O Vereador Marcelo Macedo solicitou que a ordem da reunião fosse invertida, para que fossem ouvidos os moradores antes da deliberação a respeito das demais pautas. Todos manifestaram acordo. Rua Ypê. Os moradores da rua Ypê se apresentaram e a Sra. Isabel Carvalho, com a palavra, afirmou que os problemas que seriam discutidos ocorriam ao menos desde mil novecentos e noventa e sete, quando a área de lazer de sua residência havia sido gravemente afetada pelas chuvas. Afirmou que os problemas foram reportados às autoridades inúmeras vezes, e que a Defesa Civil havia contido o problema momentaneamente, mas as rachaduras haviam retornado. Afirmou ainda que a rede de esgoto da rua se encontrava totalmente danificada, que isso era de conhecimento do poder público e que não foram tomadas providências. Por fim, afirmou que o declive observado em seu terreno aumentava constantemente, que a tragédia era iminente, e por isso demandava uma solução de imediato para as mais de vinte e uma residências diretamente afetadas. O Sr. Henrique Pastor cumprimentou a todos e afirmou que o problema da rua era grave e que presenciava seu agravamento desde o ano dois mil. Continuou sua fala afirmando que o terreno sofreu um deslocamento, que existiam laudos da Defesa Civil comprovando o fato e que a Prefeitura possuía plena ciência e acesso ao laudo, pois haviam sido realizadas reuniões entre os moradores e a administração do Município. Apontou então ao Vereador Juliano Duarte, Prefeito em exercício na época em que os moradores procuraram auxílio da Prefeitura, acusando a omissão da gestão enquanto o problema se agrava. Pediu uma posição do poder Público sobre o que seria feito, pois o problema estrutural era grave no local, e que havia sugerido ao ex-prefeito, o Vereador Juliano Duarte, a construção de um parque no local, para que fosse projetada pelo Município uma solução para o deslizamento. Ademais, informou que a rede de esgoto da rua estava comprometida, como de conhecimento do SAAE e reportado pela Defesa Civil, e que a estrutura da rede estava



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

da década de mil novecentos e oitenta. Finalizou sua fala pedindo auxílio da Casa. O Sr. Enilton Messias, complementando a fala anterior, afirmou haver um projeto de lei para a criação de um jardim botânico no local e pediu que fosse aprovado com urgência, pois interagiu com a área de risco. Finalizou sua fala manifestando sua frustração com as gestões anteriores da prefeitura, afirmando haver a promessa de solução do problema após o período de chuvas desde o ano de dois mil e dezenove, durante o exercício do Vereador Juliano Duarte. O Vereador Manoel Douglas afirmou não ter conhecimento do projeto, que este deveria ser de responsabilidade do poder executivo, sem demandar aprovação da Câmara. Afirmou que a Casa poderia formalizar uma indicação à Prefeitura, e que a Comissão de Obras estaria à disposição para qualquer intervenção possível. Afirmou ainda que a casa possuía ciência do problema e que as obras na rede de esgoto seriam de alta complexidade, que era sabido que o SAAE não poderia se responsabilizar por uma intervenção de tal porte, e que esta deveria ser realizada através da Secretaria de Obras do Município, mas reiterou que a Casa estava à disposição dos munícipes. O Vereador Marcelo Macedo pediu que a Defesa Civil se posicionasse. A Sra. Sabrina, guarda municipal, afirmou que a Defesa Civil esteve presente na rua Ypê durante vários anos acompanhando os problemas recorrentes de deslizamento translacional e rastejo e problemas na rede de servidão de água de esgoto, que saturavam o solo. Afirmou que, durante o período chuvoso, a situação se complicou ainda mais e expunha os moradores a patologias. Prosseguiu afirmando que o Plano Municipal de Redução de Risco tratava de soluções ao problema, como implantação de sistema de drenagem, rede de esgoto com tubos de ferro fundido e limpeza de entulho e árvores que potencializavam o deslizamento do local. O Sr. Welbert Stopa, coordenador da Defesa Civil, cumprimentou a todos e afirmou que, desde o início dos seus quinze anos de serviço na Defesa Civil, acompanhava o problema da área. Reforçou a fala da Sra. Sabrina e complementou afirmando que os eucaliptos lá plantados geravam sobrecarga no terreno e que se fazia necessária a realização de obras de grande porte no local, para que houvesse um sistema de drenagem profundo ou estaqueamento para contenção do problema, conforme o que a Secretaria de Obras determinasse. Afirmou que não seria necessária a retirada das famílias do local, somente a contenção da situação que se arrastava há tantos anos. Afirmou ainda que a Defesa Civil não se responsabilizava pela realização de obras, mas que confiava que o problema seria solucionado e prosseguiu destacando que a Defesa Civil havia proporcionado todo o apoio possível para a população, atendendo sempre as demandas. Finalizou sua fala pedindo apoio do Prefeito, explicando que a obra não seria somente de responsabilidade do SAAE, mas sim que deveria ser realizada em conjunto com outras esferas do poder público. A Sra. Isabel, com a palavra, apontou outro problema preocupante da rua, relativo à área verde presente no local. Afirmou que a equipe de prevenção da dengue verificava os terrenos das casas, mas que na área verde não havia suporte. Afirmou que na rua ocorreram mais de vinte casos de dengue e pediu a poda das árvores do local, especialmente que o problema da dengue fosse resolvido pelo poder executivo. O Vereador Marcelo Macedo convidou o Sr. Sebastião, que afirmou que a Secretaria de Obras não havia poupado esforços. Afirmou que foram realizadas vistorias, sondagens, relatórios, levantamento topográfico da área, e que a próxima etapa demandaria licitação. Afirmou ainda que foi dito com bastante clareza que a região, conforme os dados da Defesa Civil, seria uma área de rastejo, que seria grave o problema de infiltração. Prosseguiu afirmando que, durante a edificação das casas no local, não foi considerada a importância da sondagem, por isso diversas construções foram ancoradas



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

em filito e que na área as fundações deveriam ser mais profundas para atingir a rocha sólida, devendo ser totalmente impermeabilizadas. Prosseguiu afirmando que, no futuro, os danos deveriam ser mitigados através da rede de esgoto e a drenagem do terreno das vinte e uma casas. Finalizou sua fala afirmando que a área verde deveria ser tratada pela Prefeitura para que atendesse a população e que uma área irregularmente ocupada pelos moradores potencializava o problema, devendo ser regularizada. O Vereador Gilberto Matheus, como a palavra, cumprimentou a todos e elogiou o trabalho e comprometimento da gestão da Secretaria de Obras. A Sra. Isabel afirmou não possuir conhecimento de invasão por parte dos moradores da rua e informou outro problema latente na rua: os ônibus do município que passavam pelo local em alta velocidade, expondo os moradores a risco de atropelamento. O Vereador Manoel Douglas complementou que, em casos de invasão, a responsabilidade de regularização seria principalmente do Município. O Sr. Henrique, com a palavra, questionou a Defesa Civil qual seria o risco de habitação no local, ao que a Sra. Sabrina respondeu ser alto, dadas as condições. O Sr. Henrique apontou uma contradição entre as informações prestadas aos moradores, dizendo que a Defesa Civil apontava alto risco enquanto a Secretaria de Obras alegava não haver necessidade de retirada dos moradores no local. O Vereador Manoel Douglas, em resposta, afirmou que, pelo seu entendimento, o Secretário de obras havia se referido à falta de necessidade de retirada dos moradores caso fossem implementadas as ações de contenção e reparo propostas. O Sr. Henrique indagou por que, sendo o risco potencializado durante o período chuvoso, o município não havia providenciado a drenagem do solo, que, pelo seu entendimento, seria uma intervenção de baixo custo. Acusou morosidade no tratamento processual do problema, e demandou justificativa pela ausência de ação em supressão vegetal, rede de esgoto e pluvial ou drenagem. Finalizou sua fala manifestando indignação com o investimento de um milhão de reais somente em sondagem do solo, lamentou que o processo vinha sendo empurrado e esquecido e pediu novamente que a Casa interviesse pelos moradores. O Vereador Manoel Douglas concordou plenamente e afirmou que seria oficiado à Prefeitura pela Câmara e pela Comissão de Obras reiterando e cobrando que a obra fosse realizada. O Sr. Adimar afirmou que todos os lotes da rua eram regulares ao que o Sr. Sebastião respondeu que seria explicado mais detalhadamente sobre a situação da invasão. O Sr. Samuel apresentou imagens aos presentes e afirmou que a primeira se referia a uma imagem panorâmica da região datada do ano de mil novecentos e oitenta e seis, destacando uma área de aterro no local de edificação das residências. Seguindo a apresentação, a imagem seguinte destaca o avanço dos terrenos dos moradores sobre a área verde, e explicou que a rede de esgoto deveria perpassar essas áreas avançadas. A imagem seguinte apresenta os resultados da sondagem, onde foi encontrado material sem estrutura que revelou a profundidade ideal da fundação das casas, oito metros. A imagem seguinte apresentava uma vista aérea recente do local, e indicava os pontos onde foram realizadas as sondagens. O engenheiro explicou que não houve morosidade no processo, mas sim o cumprimento das etapas necessárias para prosseguimento. Afirmou que a etapa seguinte seria a implementação do sistema de esgoto e, em seguida, a estabilização dos lotes. Finalizou sua fala se colocando à disposição para esclarecimentos. O Vereador José Antunes cumprimentou a todos, afirmou que seria necessário trabalhar com prevenção e planejamento, que a prefeitura não operava desta forma, e que a questão da rua Ypê se caracterizava como uma tragédia anunciada. Perguntou quando havia sido feita a constatação da presença de esgoto ao ar livre, ao que o Sr. Samuel respondeu que o



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

problema teria sido identificado durante a primeira vistoria do local, no ano de dois mil e vinte. O Vereador Pedro Ulisses cumprimentou a todos e afirmou que, duas semanas antes, havia recebido os moradores em seu gabinete, sendo confirmada uma reunião com SAAE e a Secretaria de Obras, e destacou a ausência de confirmação da presença do Secretário de Obras. Afirmou comungar com a fala do Vereador José Antunes, que os fatos ocorridos trazidos pelos moradores não eram recentes, e que o modo de agir da prefeitura se dedicava a ações paliativas durante a época de chuvas. Continuou afirmando sua decepção com o poder público e elogiou o trabalho da Defesa Civil. Questionou se houve comunicação entre as Secretarias e SAAE e que ações teriam sido tomadas em favor dos moradores. Lamentou a falta de investimento na segurança dos moradores, e que, apesar da alta arrecadação do Município, faltava planejamento. Continuou sua fala convidando todos os presentes a participar da reunião e afirmando que os moradores do Município não devem ser sujeitos a este tipo de insegurança, reforçando que não apenas a rua Ypê enfrenta problemas, mas também o bairro São Gonçalo. Pediu que fosse marcada uma reunião com o Vereador José Sales, convocando o poder executivo e juntamente a Secretaria de Obras visando cobrar providências. O Vereador Marcelo Macedo passou a palavra ao Secretário de Governo que afirmou que levaria a conhecimento do Prefeito. Pediu que o passado fosse esquecido e que fosse colocado em foco as ações futuras. Perguntou qual seria o próximo passo ao que o Sr. Samuel respondeu que seria o desenvolvimento do projeto executivo de drenagem e esgotamento. O Secretário de Governo então se comprometeu a levar a demanda ao conhecimento do Prefeito com urgência e comunicar com a Secretaria de Obras e com a Comissão de Obras, e que, assim que obtivesse avanço, comunicaria aos moradores. Assumiu que tempo foi perdido e que estava comprometido a realizar, que a obra seria grande, que demandaria licitação de mão de obra e que não poderia prometer que ficaria pronta com rapidez, mas seria realizada. O Vereador Pedro Ulisses perguntou se a visita técnica com a comissão de obras havia sido agendada e afirmou que, após ouvir a fala do Secretário de Governo, decidiu cancelar a reunião previamente mencionada para que fosse realizada uma visita técnica conjunta das Comissões. O Secretário de Governo afirmou que, a respeito da área verde da rua, contataria a Secretaria de Meio Ambiente para solicitar a poda dos eucaliptos e a vigilância sanitária a respeito do foco de dengue no local. O Vereador José Sales solicitou a presença do projetista da Prefeitura na visita técnica. O Vereador Marcelo Macedo agradeceu a contribuição do Secretário de governo, mas afirmou que a visita técnica convocaria todos os secretários envolvidos. Reforçou que a Casa nunca seria omissa aos problemas da população e seria encaminhado aos moradores o relatório da visita técnica. Afirmou que os problemas eram de conhecimento do poder público, se comprometeu a, uma vez elaborado o relatório da visita técnica, a demandar ações do Prefeito. O Vereador também propôs que os moradores o acompanhassem e afirmou que o Município possuía os recursos necessários para a solução destes problemas que não ocorriam somente na rua Ypê, mas marcavam presença em todo o Município. Exemplificou que os moradores do bairro Novo Horizonte estiveram presentes na Casa demandando rede de abastecimento de água e esgoto e iluminação pública e afirmou ser dever do Município proporcionar dignidade à população e que os quinze Vereadores da Casa estariam comprometidos em solucionar essas demandas. O Vereador José Antunes afirmou que, dos quinze Vereadores, três já haviam gerido a Prefeitura, onde se encontrava a morosidade e omissão. O Vereador Marcelo Macedo afirmou ser um problema pessoal de gestão. Continuou demonstrando sua indignação com a ausência de



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

tratamento de água e esgoto no Município. Exemplificou a falta de priorização da população por parte dos Prefeitos com o caso do bairro Novo Horizonte, cuja implantação de iluminação pública demandaria dois milhões de reais e atenderia mil e quarenta famílias, demanda que não foi atendida pelo Município, mas o reconhecimento de uma dívida com uma empresa, por sua vez, havia sido quitado em uma única parcela de vinte milhões de reais. O Vereador Marcelo Macedo confirmou uma visita técnica no dia doze de abril, às quatorze horas, e convocou representantes da SAAE, Vigilância Sanitária, Secretaria de Obras, Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil, com ponto de encontro na rua Ypê, n.º 80. O Vereador Ricardo Miranda, com a palavra, comunicou aos moradores que, a depender da atual gestão da Casa, não haveria omissão por parte dos Vereadores e simpatizou com a situação dos moradores, afirmando que os Vereadores estavam intervindo por outros casos similares no Município. Finalizou sua fala afirmando que não caberiam acusações a gestões passadas, mas sim foco nas ações práticas futuras. O Vereador Manoel Douglas reiterou a fala do Vereador Ricardo Miranda, mas afirmou que as ações realizadas pelas Secretarias seguiam diretrizes de governo da gestão da Prefeitura e que a responsabilidade era compartilhada por todos os envolvidos na gestão pública. Citou exemplos de gastos públicos exorbitantes e enfatizou ser necessário priorizar o cidadão na gestão. Agradeceu a todos os presentes e encerrou a pauta. O Vereador Marcelo Macedo comunicou aos presentes que haveria uma visita técnica no dia doze de abril, na rua Sucupira, em frente ao n.º 275, às treze horas. **Projeto de resolução n.º 3/2023.** O Vereador Manoel Douglas apresentou o projeto que aprovava as contas do Município de Mariana referentes ao exercício de dois mil e quinze. O Vereador Marcelo Macedo questionou qual era o parecer do Tribunal de Contas, ao que o Sr. Corjesu Quirino respondeu que o parecer era favorável. Todos votaram favoravelmente e o projeto foi liberado para pauta às dezesseis horas. **Projeto de Lei Substitutivo n.º 5/2023.** O Vereador Manoel Douglas iniciou a pauta do projeto que alterava a lei n.º 3365 de quatro de setembro de dois mil e vinte, que dispunha sobre as condições que autorizavam o porte de arma de fogo pelos guardas civis do município. O Vereador afirmou que o projeto já havia sido discutido, e sugeriu que fosse retirado de pauta e discutido novamente na semana seguinte, na presença de representantes da Secretaria de Segurança Pública. Todos se manifestaram favoravelmente à retirada da pauta. **Projeto de Lei n.º 29/2023.** O Vereador Manoel Douglas leu a prerrogativa do projeto, que visava regulamentar a opção pela migração para previdência complementar no âmbito municipal. Em seguida, solicitou que a Secretaria da Casa convidasse representantes do Iprev e o Sindserv e a Secretaria de Administração para a próxima reunião para tratar do projeto. Todos os Vereadores concordaram. **Projeto de lei n.º 32/2023.** O Vereador Manoel Douglas apresentou o projeto que dispunha sobre a criação da corregedoria da ouvidoria da Guarda Civil Municipal de Mariana e dava outras providências. Em seguida, solicitou à Secretaria da Casa que convidasse a Secretaria de Segurança Pública e o comando da Guarda Civil para a próxima reunião, para que tratassem sobre o projeto. Todos manifestaram acordo. **Projeto de lei n.º 33/2023.** O Vereador Manoel Douglas leu a prerrogativa do projeto que alterava a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Segurança Pública. O Vereador José Sales consultou o parecer da procuradoria da Casa, que se manifestou favorável. Todos se manifestaram favoráveis e o projeto foi liberado para a pauta da reunião ordinária. **Projeto de lei n.º 31/2023.** O Vereador Manoel Douglas apresentou o projeto que dispunha sobre a criação do auxílio financeiro emergencial às famílias atingidas pelas chuvas de janeiro de 2023. Em seguida, passou a



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

palavra ao Controlador Juliano Barbosa, que explicou que o projeto visava mitigar os danos sofridos pelas famílias atingidas. Em seguida, o Vereador Manoel Douglas questionou à Secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, Sra. Daniely Alves, como havia sido definido o valor de dez mil reais a ser repassado às famílias, afirmando que houve perda de bens mais valiosos, como carros. A Sra. Daniely esclareceu que o caráter do projeto era de concessão de auxílio, não indenizatório, elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, em conjunto com o CRAS, com base nos relatos das famílias. O Vereador Manoel Douglas consultou à procuradoria da Casa, e o Sr. Corjesu Quirino afirmou que, legalmente, o projeto estaria amparado, mas que competia uma avaliação caso a caso que não competia à Câmara, mas sim à Administração Pública. O Sr. Juliano Barbosa afirmou que se fazia necessária a aprovação do auxílio, independentemente de eventuais casos em que as perdas não fossem completamente mitigadas. O Vereador Ricardo Miranda questionou sobre o processo de definição do valor do auxílio, buscando esclarecer a possibilidade de insuficiência do repasse para determinadas famílias com perdas de valores mais elevados. O Sr. Juliano Barbosa respondeu que não houve reclamação sobre o valor por parte dos moradores, e que a decisão foi realizada em comunicação constante com as vítimas, considerando a questão financeira do município. A Sra. Daniely corroborou a fala do Sr. Juliano. O Vereador José Sales questionou como seria o processo de retorno das famílias às suas casas, e se poderiam ser adquiridos materiais de construção em caráter emergencial para as reformas. A Sra. Daniely respondeu que a obra de estabilização estrutural do local era de grande porte, sendo realizada pela Secretaria de Obras e que seria necessário garantir a estabilidade do local antes do retorno. O Sr. Juliano Barbosa explicou que a prioridade seria a reestruturação do local, que visava garantir estabilização do solo para que a situação não se repetisse, e que, somente assim, seriam possíveis as restaurações residenciais para o retorno seguro da população. O Vereador José Sales sugeriu a reunião entre o Secretário de Governo, Edvaldo, a Secretária Daniely, a Secretaria de Obras e Defesa Civil para constatação da segurança das casas. O Vereador Marcelo Macedo questionou se o valor do auxílio supriria as perdas de todas as famílias, considerando a lista em anexo do projeto de lei que apontava perdas de dois carros em uma família, por exemplo. Afirmou preocupação com a abertura jurídica do projeto, e questionou como seria feita a orientação das famílias, como previsto no projeto. O Procurador do Município, Sr. Juliano Barbosa, afirmou que o texto previa somente o acompanhamento das famílias, não prescrição de gastos. Disse que, a respeito da judicialização, era inevitável, e que não seria um problema ao Município. O Vereador Marcelo Macedo leu o trecho da lei que prescrevia que o auxílio se destinava a prejuízos patrimoniais e sugeriu a revisão e retirada de itens em anexo do projeto, a fim de prevenir solicitações de indenização futuras. A Sra. Daniely informou que esse aspecto havia sido considerado e descartado pela comissão que elaborou o projeto de lei, pois o caráter indenizatório do projeto deixava claro que não se destinava a suprir essas perdas especificamente. O Vereador Manoel Douglas disse que, por se tratar de auxílio, independente das perdas, sugeriu a retirada do anexo. O Sr. Juliano Barbosa respondeu que a lei não determinava ressarcimento, somente auxílio, e que seria direito da família que considerasse os fundos insuficientes recorrer e sugeriu aprovação do texto sem alterações. A Sra. Daniely complementou que, das quarenta e quatro famílias atingidas, apenas quatro se encontravam em moradia custeada pelo município, pois o restante já estava em processo de retorno às residências, e que o objetivo era proporcionar dignidade a este retorno. O



CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA

Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG - 35420.000
www.camarademariana.mg.gov.br

Vereador Marcelo Macedo disse que não devia nem ter colocado o anexo. A Sra. Daniely reforçou que o caráter do anexo era autodeclaratório, de forma espontânea. O Vereador Marcelo Macedo então sugeriu que fosse retirado o anexo. O Sr. Juliano sugeriu que fosse alterado o anexo e que o novo texto apresentasse somente os nomes e endereços das famílias atingidas. O Vereador Marcelo Macedo concordou. O Secretário de Governo questionou sobre o processo de votação quando havia alteração no texto, ao que o Vereador Manoel Douglas respondeu ser possível a liberação para pauta e posterior votação do projeto normalmente. A Sra. Daniely prontamente enviou o anexo atualizado à Casa. Com o parecer favorável da Procuradoria, todos votaram a favor e o projeto foi liberado para pauta da reunião ordinária. O Vereador Marcelo Macedo pediu que fosse encaminhado, para parecer do Procurador, o pedido de discussão e votação em única, em nome das Comissões. **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais a tratar, o Vereador Manoel Douglas agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e cinquenta e um minutos. **Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada:**